

**REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA**  
**SUMÁRIO Nº 20 JUL/SET – 1997**

**DOCTRINA**

- The reception of Community law by the national systems – AMI BARAV p. 07
- O ensino religioso nas escolas públicas: exegese do § 1º do art. 210 da CF de 05-10-1988 – ANNA CANDIDA DA CUNHA FERRAZ p. 19
- A liberdade de expressão e a comunicação social – CELSO RIBEIRO BASTOS p. 48
- La atenuación del Sistema Presidencialista en la reforma Constitucional. Variaciones sobre un mismo tema – HORACIO DANIEL ROSATTI p. 53
- O controle externo do Poder Judiciário. Uma visão crítica sobre o tema – LÚCIA BARROS FREITAS DE ALVARENGA p. 66
- A Previdência no âmbito municipal – VITOR ROLF LAUBÉ p. 74
- O devido processo legal e o direito de permanecer calado. A tortura – MARIA GARCIA p. 103
- A universalidade pública e gratuita e seus inimigos – PAULO DE SENA MARTINS p. 108
- A evolução do Mandado de Injunção na Suprema Corte Brasileira – SÉRGIO REGINALDO BACHA p. 126
- A Constituição como sistema – MARIA CÉLIA DE ARAÚJO FURQUIM p. 130
- O poder regulamentador do Estado sobre as ações e os serviços de saúde – LENIR SANTOS p. 140
- A compatibilização entre a liberdade de iniciativa e a defesa do consumidor – RICARDO HASSON SAYEG p. 177
- A contagem do tempo de serviço privado, para fins de aposentadoria no setor público. Restrições impostas. Inadmissibilidade – JOSÉ WANDERLEY BEZERRA p. 183
- Pronúncia de inconstitucionalidade por omissão parcial no sistema difuso e acesso pleno à justiça – ANTÔNIO SOUZA PRUDENTE p. 195
- A inexistência de um sistema eleitoral misto e suas conseqüências na adoção do sistema alemão no Brasil – LUÍS VIRGÍLIO AFONSO DA SILVA p. 207
- O papel da Constituição sob uma visão autopoiética do Direito – ROBERTO CORREIA DA SILVA GOMES CALDAS p. 213
- Direito de asilo político – FÁBIO BAUAB BOSCHI p. 229
- O mandado de segurança coletivo na CF de 1988 – ROBERTO BOTELHO p. 258

A tipicidade dos crimes de responsabilidade dos membros do Poder Executivo enquanto defesa da Constituição no exercício da função administrativa – FLÁVIO AUGUSTO SARAIVA STRAUS  
p. 285

## **II ESTUDOS E PARECERES**

Empresas de factoring. Projeto de alteração do Imposto de renda. Inconstitucionalidade (art. 57). Constituição Federal, arts. 192 e 146 – IVES GANDRA DA SILVA MARTINS  
p. 291

Regime Constitucional da Ordem dos Advogados do Brasil (Imunidade tributária de seu Patrimônio) – ANDRÉ L. BORGES NETTO e ALBINO COIMBRA NETO  
p. 305

## **III TRIBUNAIS**

### **Supremo Tribunal Federal**

Justiça do Trabalho : TRT. Nomeação de juiz classista: legitimidade “ad causam” para impugnar-lhe a validade da entidade sindical que haja encaminhado listas de candidatos à mesma vaga, independentemente do motivo de nulidade argüida e da existência em concreto do direito alegado pela impugnante a que, anulado o provimento questionado, suas indicações sejam consideradas. – Min. SEPULVEDA PERTENCE  
p. 316

ADIn. Defensoria pública. Remuneração. Piso remuneratório não inferior a sete vezes o menor vencimento da tabela do Poder executivo. Vinculação remuneratória constitucionalmente vedada. Norma legal resultante de emenda parlamentar. Alegação de inconstitucionalidade formal (CF., art. 63, I) e material (CF., art. 37, XIII). Plausibilidade jurídica. Periculum in mora caracterizado. Medida Cautelar deferida. Min. CELSO DE MELLO  
p. 325

### **Tribunal Regional Federal (1ª Regional)**

Ação civil pública. Declaração de nulidade da Portaria n. 664/87, do Ministro da Educação, e da Resolução CD 081/88 do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Mato Grosso. Petição inicial. Exposição dos fatos que oferece ao réu oportunidade de ampla defesa, embora concisa e incompleta na fundamentação. Inépcia inexistente. Lide não versa dissídio entre empregador e empregado, nem discussão decorrente de relação de trabalho, mas nulidade de atos administrativos. Incompetência do juízo rejeitada. CATÃO ALVES  
p. 329

Ensino do Primeiro Grau. Núcleo pedagógico integrado da Universidade federal do Pará. Concurso público para preenchimento de vaga na sétima série. Realização de novo concurso para preenchimento de vaga não oferecida no anterior, mas surgida dentro do prazo de validade deste. Direito à matrícula de candidato remanescente nele aprovado. Constituição Federal, art. 37, IV. Segurança Deferida CATÃO ALVES  
p. 334

Constitucional e tributário. Imunidade recíproca. ConCeito de renda. Rendimento de aplicação financeira. IOF. Impossibilidade de cobrança. OLINDO MENEZES.  
p. 338